

N. CLASS.....
CUTTER.....
ANO/EDIÇÃO.....

FACULDADE TRÊS PONTAS – FATEPS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
RAISSA APARECIDA CRISTINO

O DIREITO À EDUCAÇÃO NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Três Pontas
2016

FEPESMIG

RAISSA APARECIDA CRISTINO

**O DIREITO À EDUCAÇÃO NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Três Pontas – FATEPS como pré-requisito para obtenção do grau de licenciatura sob a orientação da Profa. Ma. Glória Lúcia Magalhães.

**Três Pontas
2016**

RAISSA APARECIDA CRISTINO

**O DIREITO À EDUCAÇÃO NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Três Pontas – FATEPS como pré-requisito para obtenção crédito na disciplina Tópicos Integradores III, pela Banca Examinadora composta pelos membros: Ma. Glória Lúcia Magalhães.

Aprovado(a) em: 23 de junho de 2016.

Profª. Ma. Glória Lúcia Magalhães

Profª. Ma. Eliane Maria Meneggato

Profª. Esp. Lucimar de Souza Martins

OBS.:

O DIREITO À EDUCAÇÃO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Raissa Aparecida Cristino*

Glória Lucia Magalhães**

RESUMO

Este trabalho descreve sobre Educação de Jovens e Adultos – EJA, abordando o direito pela educação que devem ser conhecidos e exercidos por todos independente de raça, cor ou gênero. Tal abordagem se justifica pela necessidade de conhecer a proposta da EJA, com intuito de perceber o direito que todos têm na educação. O objetivo mostrar a modalidade da educação como uma oportunidade e direito para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar na idade certa. Este intento será conseguido mediante revisão bibliográfica perante autores como Freire (1997), Friedrich (2010), Oliveira (2005), Rubens (2014), Vieira (2004), entre outros. Este estudo demonstrou que a proposta da EJA é contribuir para que jovens e adultos, busca seus direitos e obtenha um resultado de positividade na realização de uma educação de qualidade, e a concluírem o ensino médio completo.

Palavras-chaves: Direito. Analfabetismo. Educação de Jovens e Adultos.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho descreve sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando por qual motivo esses jovens e adultos pararam de estudar.

Tal abordagem se faz necessária para que esses jovens e adultos percebam seus direitos e retomem ou iniciem seus estudos, uma vez que todos tem direito a uma educação de qualidade independente da idade.

É importante lembrar como essa EJA Educação de Jovens e Adultos contribui para acabar com o analfabetismo no nosso país, que contribui para jovens que pararam de estudar

*Raissa Aparecida Cristino: Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da faculdade de Três Pontas-FATEPS e mail: raissaped@outlook.com

**Glória Lúcia Magalhães : Professora Especialista do Curso de Licenciatura em Pedagogia da faculdade de Três Pontas – FATEPS e mail: gl.magalhaes@yahoo.com.br

ter a oportunidade de volta para as salas de aulas.

O objetivo desse estudo foi conhecer mais sobre a EJA - Educação de Jovens e Adultos com finalidade de perceber e demonstrar que todos tem o seu direito, buscando compreender a finalidade que esses jovens e adultos abandonaram os estudos.

Esta pesquisa foi realizada pela revisão bibliográfica, afim de abranger o campo da garantia do direito à educação, para os jovens e adultos que, ao longo dos anos, foram impedidos de exercer esse direito. Portanto, participar se do pressuposto de que a ampliação dos direitos, assim como o direito à educação, faz parte de um movimento que se compoem parte dos direitos típicos dos regimes democráticos.

2 HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio.

O exercício de olhar para trás e verificar a história desta modalidade no Brasil pode contribuir para a compreensão dos avanços e retrocessos deste atendimento no país.

Friedrich et al (2010) realizam um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos, fazendo referencias à chegada da família real para o Brasil quando

[...] surgiu a necessidade da formação de trabalhadores para atender a aristocracia portuguesa e, com isso, implantou-se o processo de escolarização de adultos com o objetivo de servirem como serviçais da corte e para cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. [...] Em 1854 surgiu a primeira escola noturna no Brasil cujo intuito era de alfabetizar os trabalhadores analfabetos, expandindo-se muito rapidamente. Até 1874 já existiam 117 escolas. (FRIEDRICH et al, 2010, p. 394).

A Constituição de 1934, traz a criação do Plano Nacional de Educação estabeleceu pela primeira vez a educação para adultos como direito constitucional como dever do Estado.

A década de 40 foi marcada por algumas iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos, a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), marcado com o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo e o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. (FRIEDRICH et al, 2010, p. 396).

Nos anos de 1950, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Friedrich et al (2010, p.396) afirmam que “Em 1958, Juscelino Kubitscheck de

Oliveira, então presidente da república, convoca grupos de vários estados para relatarem suas experiências no Congresso de Educação de Adultos. O objetivo foi de avaliar as ações realizadas na área visando propor soluções adequadas para a questão. Foram feitas críticas à precariedade dos prédios escolares, à inadequação do material didático e à qualificação do professor.

Com o Golpe Militar em 1964, todos os movimentos de alfabetização foram reprimidos.

A década de 1970 é marcada pelo início das atividades do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL (Brasil, 1985). Em 1971 a Lei nº. 5.692 regulamenta o Ensino Supletivo que visa a contemplar os jovens e os adultos. [...] Friedrich et al (2010, p. 397-398) aponta “como proposta de reposição de escolaridade, o suprimento como aperfeiçoamento, a aprendizagem e qualificação sinalizando para a profissionalização, foram contemplados com um capítulo específico na legislação oficial.”

Os anos 1980 são marcados pelo fim do governo militar e a retomada do processo de democratização. Em 1985 o MOBRAL foi substituído pela Fundação EDUCAR (ano1980) criada com as mesmas características do MOBRAL, porém sem o suporte financeiro necessário para a sua manutenção. Com a extinção da Fundação EDUCAR em 1990, ocorre a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização aos municípios (FRIEDRICH et al, 2010).

O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), foi marcado com iniciativas para as políticas públicas de EJA com a criação do Programa Brasil Alfabetizado (ano1970). com a assistência direcionada ao desenvolvimento de projetos com as seguintes ações: Alfabetização de jovens e adultos e formação de alfabetizadores. Segundo os autores citados, pelo fato do Programa ainda estar em andamento, não é possível, afirmar se o objetivo pretendido foi alcançado.

Inspira-nos Paulo Freire que - nos umbrais de sua experiência com a educação de adultos -, buscando compreendê-la de maneira ampla, fez o mesmo exercício que ora fazemos por meio de um trabalho acadêmico: em 1959, produzia, para concurso público com vistas ao cargo de professor universitário no Recife, uma tese, a que denominou Educação e atualidade brasileira. (RUBENS; MAGNA et al, 2014, p.41).

Sabe se para compreendemos a experiência com a educação de adultos, temos que buscar uma maneira mais ampla para formação dos adultos através de trabalhos com a

educação de adultos ou seja tentamos ensina-los com algo do cotidiano dele, isto contribuiria par que esses adultos aprendesse com mas facilidades.

Muitos destes processos se desenvolvem de modo mais ou menos sistemático fora de ambientes escolares, realizando-se na família, nos locais de trabalho, nos espaços de convívio socioculturais e lazer, nas instituições religiosas e, nos dias atuais, também com o concurso dos meios de informação e comunicação à distância. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 4).

Concordo com qualquer tentativa de uma história universal de práticas formativas implicaria risco de fracasso, pois a EJA ainda ela e pouco conhecida na sociedade e ambos também não conhece seus direitos. Assim, abordagem dos processos de organização de forma pratica de pessoas jovens e adultas no Brasil. Por sua vez, a escolarização desses jovens e adultos pode se dizer considerada em toda sua trajetória como proposta de uma educação de qualidade para todos sendo assim, muitas ações surgem nas atitudes encontrada na EJA. Não significa que essa modalidade de ensino, hoje Educação de Jovens e Adultos, tenha diferentes atitudes, que pela própria história trabalha a sua própria evolução da EJA no Brasil e que contribui desenvolvimento de histórico na educação, para tratamos a EJA na configuração com a complementação de estudos da escolarização

[...] uma parte não pequena dos baixos ingressos de muitos negros, porto-riquenhos, mexicanos, elementos indígenas [...] e de alguns dos nossos trabalhadores mais velhos, reflete o fracasso de ter investido em sua saúde e educação [...] a educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. (SCHULTZ, 1962, p. 43).

Assumidos este universo da escolaridade que é a EJA, como algo fundamental para educação de jovens e adultos onde a economia pode onde diferenciar as classes econômicas. A exploração econômica na educação apresenta o suporte de todo processo onde a dominação começa através do mecanismos aparentemente mais eficientes, entre eles regimes políticos conservadores e autoritários.

2.1 EJA: uma população cada vez mais jovem

Através desse aborda-se uma questão sobre população cada vez mais jovem na educação de jovens e adultos, o número desse jovens é cada vez maior nos diversos espaço da

educação, o tempo passa e aumenta mais o número nesta modalidade de ensino, modificando o cotidiano escolar.

Os jovens quando chegam nesta modalidade, em geral, estão desmotivados, desencantados com a escola regular, com histórico de repetência de um, dois, três anos ou mais. Muitos deles sentem-se perdidos no contexto atual, principalmente em relação ao emprego e à importância do estudo para sua vida e inserção no mercado de trabalho. (BRUNEL et al, 2004, p. 11).

Nota-se a dificuldade que esses jovens tem para voltar a escola. Eles chegam desmotivados e sem encanto pela a educação, quando retornam a escola com os históricos já devem ter repetido de ano várias vezes. Muitos deles se sentem perdidos, sem lugar, sem um contexto sempre com esse impacto de desigualdade com relação ao o emprego.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria. (VIEIRA, 2004, p. 40).

Proposta de um modelo de educação do futuro ou seja EJA, com objetivo de escolarização mediante um baixo custo operacional, satisfazendo às necessidades da educação. O sistema requer frequência obrigatória e a avaliação feita em dois módulos: uma interna e outra externa feita com o sistema educacional. Contudo, a metodologia exige frequência faz parte dos índices, o atendimento individual impede a socialização que os alunos e os colegas, a buscar mais informação rápida a fim de integrar no mercado de trabalho.

É como se a situação de exclusão da escola regular fosse, em si mesma, potencialmente geradora de fracasso na situação da escolarização tardia. [...] a exclusão da escola coloca os alunos em situação de desconforto pessoal em razão de aspectos de natureza mais afetiva, mas que podem também influenciar a aprendizagem. (OLIVEIRA, 1999, p. 62).

O reflexo dessa exclusão, está na permanência dos jovens na sociedade em que vivem. Mesmo como percebemos esses jovens na permanência dentro da escola, principalmente, por acreditarem no quanto a escolarização pode ajudar acesso a empregos e possibilidades de melhoria na condição de vida. Essa estratégia de escolarização dos jovens é muito mais produtivo no esforço e mobilização individual do que de um efetivo investimento familiar.

Os jovens-adultos populares não são acidentados ocasionais que, gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós; por sua raça, gênero, etnia e classe social. (ARROYO, 2005, p. 30).

Ao percebe uma faixa etária considerada como ideal para a conclusão da escolaridade do Ensino Fundamental sendo que sem intenção, favorece uma população acima desta faixa considerando inassessorado ou frequência no Ensino Regular. Tornando-se comum que os adolescentes a partir de 15 anos ao procurarem escolas para ingresso ou retomada dos estudos, sejam imediatamente encaminhados para educação de jovens e adultos, que o lugar comum, no Ensino Regular é para os que se encontram na idade obrigatória pela lei.

A história do capitalismo é, antes de mais nada, a história do esforço da classe capitalista em controlar e disciplinar a classe trabalhadora, para que aceite desempenhar um trabalho, o mais diligente possível e que esses trabalhadores conformem-se com o fato de que os produtos desse trabalho sejam apropriados pelos capitalistas e apenas a eles gere riquezas. (WOLFF, 2004, p.2).

Dizer que uma sociedade se estrutura nas formas capitalistas é uma gestão, por parte do Estado social dominante baseado na educação. Atualmente, impõe algumas tendências, tais como a globalização, da produtividade, qualificação de empreendedorismo. Mas a origem da segunda grande guerra, como uma oposição teórica e prática da educação. Impõe, portanto, a diminuição até o desaparecimento das funções da sociedade em setores cuja pesada massa de impostos, deveria retornar em investimentos sociais de grande monta. Os Estados que adotam a gestão progressivamente esse tipo de investimento, seja na educação, na saúde, na segurança, nos direitos dos trabalhadores.

[...] a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento de produtividade. A “qualidade” da mão de obra obtida graças à formação escolar e profissional potencializaria a capacidade trabalho e de produção. [...] Cada trabalhador aplicaria um cálculo custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu “capital pessoal”, avaliando se o investimento e o esforço empregados na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado no futuro. (CATTANI, 1997, p.35).

Nota-se o fato que maior nível de educação não implica necessariamente nas melhores oportunidades de trabalho. No entanto, a educação melhor a situação de vida profissional e por decorrência econômica é imperativo. Pois também pela educação pública, em campanhas de redes de televisão aberta como mesmo propósito, e como condição pulverizada em regras declarada. Mas na prática, para estudantes trabalhadores, os resultados são pífios e

insatisfatórios. A classe trabalhadora, ou a classe que depende do ensino público para sua qualificação, mais ampla da cidadania, na medida em que é levada a confundir cidadania com escolarização.

3 EJA – Campos de lutas, direitos e responsabilidades

A partir deste tópico, de onde vem a problematização a questão da escola pública popular, seus limites e possibilidades concretas para a definição dos seus direitos, apesar dos seus direitos não serem realizadas eles existem.

Os sujeitos pertencentes às classes populares, tanto do campo como da cidade, historicamente herdaram do estado uma escola pública marcada pela ausência de estrutura pedagógica e física incapaz de satisfazer seus anseios, desejos e necessidades educacionais. (ALVES; SEVERO et al, 2004 p 110).

Percebemos que todos tem a sua necessidade da estrutura pedagógica pode ser do campo ou da cidade, onde o estado precisa fazer a sua parte de construir escola públicas pois qualquer pessoa tem direito a educação seja jovens, adultos e crianças mas a estrutura pedagógica não satisfaz os desejos e não articula sonhos e as suas necessidades educacionais.

Hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição. Esta mudança de alerta revela uma transformação importante na própria noção social: a juventude, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiadas sobre situações e significações diferentes. Agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida (ABRAMO, 2005, p.43-44).

A superação das desigualdades vivenciadas pela juventude exige, também compreender novas formas e espaços de superação desse estado de coisas, a cultura é uma delas. Por meio do movimento de reconhecimento e afirmação da identidade cultura para refletirem sobre as especificidades e a constituição do sujeito social na sua diversidade. Além disso, a proposta político educativa da EJA sempre esteve vinculada à emancipação dos sujeitos com vista a transformação social. Portanto, trazer para a centralidade a discussão da diversidade, pois pensar a realidade da EJA, hoje, é pensar a realidade de jovens e adultos, na sua maioria negros, que vivem processos de exclusão social e racial.

Se, de um lado, não posso me adaptar ou me “converter” ao saber ingênuo dos grupos populares, de outro não posso [...] impor-lhes arrogantemente o meu saber como o verdadeiro. O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social com a experiência igualmente social de sus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados vão mostrando sua “incompetência” para explicar os fatos. (FREIRE, 1997, p. 32).

Educar é uma ação compartilhada entre professores e alunos, capaz de desencadear processos autônomos de produção de conhecimento. A conscientização, da qual falava Paulo Freire, é um importante vetor de oxigenação das práticas educativas que devam ser efetivadas em ambientes escolares ou não. A consciência mostra como uma ferramenta que possibilita a construção de sujeitos sociais críticos da sociedade, inacabamento e, por isso mesmo, capazes de serem protagonistas de sua própria história. Saberes construídos da contextualização e problematização de uma dada realidade, baseados em relações horizontais de ensino aprendizagem, fundamentos teórico metodológicos mediante as quais educador e educando se formam e se transformam, se criam e se recriam, conferem autonomia ao pensamento de ambos.

3.1 EJA, com o direito conquistado

Neste tópico comentarei sobre o direito que foi conquistado pela EJA Educação de Jovens e Adultos, o procedimento como pode buscar a conhecer esse direito na atualidade com transparência na transformação de uma sociedade mas justa com a educação, em realização de todos na escola.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1996, por sua vez, diluiu as funções do ensino supletivo nos objetivos e formas de atendimento do ensino regular para crianças, adolescentes e jovens. Enquanto isso, manteve a ênfase nos exames e, ao rebaixar a idade mínima para o acesso a essa forma de certificação de 18 para 15 anos no ensino fundamental e de 21 para 18 no ensino médio, sinalizou para as instâncias normativas estaduais a identificação cada vez maior entre o ensino supletivo e os mecanismos de aceleração do ensino regular, medida cada vez mais aplicada nos estados e municípios, visando à correção do fluxo no sistema. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 10-11).

Observa-se ainda, enraizada na Educação de Jovens e Adultos o parâmetro na cultura escolar do país como afirma Di Pierro (2005) nas redes estaduais de ensino sendo responsável pela realização de exames e centros de ensino supletivo. Em meio a mudanças do sistema educacional público implanta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental, atualiza no período de alunos 14 (quatorze) anos que tinha como propósito um fundo de distribuição de recursos dos impostos dos Estados e municípios que atende ao ensino fundamental e valorização do profissional. A Educação de Jovens e Adultos, foi caracterizado pela marginalização da modalidade de recursos público para modalidade da EJA.

Os fóruns tomaram para si os compromissos firmados pelo país na V CONFINTEA e, nos anos que a ela se seguiram, utilizaram uma estratégia de articulação em rede para organizar anualmente, em colaboração com instâncias dos três níveis de governo, Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs), quando o movimento tenta influir nas políticas públicas em âmbito nacional. (DI PIERRO, 2001, p. 131).

Os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos se habilitavam como um espaço de modalidade e intercessão dos diferentes modos de conceber, de forma democrática, a Educação de Jovens e Adultos, associam a tais discussões em âmbito nacional. Em espaço, de discussões centrais desta modalidade nos fóruns estaduais se lutam na "luta pela EJA Educação de Jovens e Adultos como direito e educação de jovens".

Valorizar o retorno dos jovens pobres à escolaridade é fundamental para torná-los visíveis, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar a sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos terem acesso à escolaridade básica. (ANDRADE, 2004, p. 51).

Percebe-se necessário, conceber a juventude como construção social que se realiza ao longo do processo histórico e nos diferentes contextos sociais e culturais, que sofrem modificações e interferências com a classe social, o gênero e a raça. Assim, dado o número significativo de jovens e adultos negros presentes na EJA, a seguinte indagação parece ter uma resposta bem clara. Isso quer dizer que o campo da EJA possui como uma de suas características fundamentais não somente o recorte socioeconômico e geracional, mas, também, o racial. E mais, quando se discute a EJA como um direito, não se pode esquecer de que esse direito também está articulado à luta pelo direito à diferença.

[...] as reformas empreendidas no Brasil são resultado de árduo conflito, público ou mesmo intramuros à burocracia educacional, mas não seguem uma dada "cartilha". Os organismos internacionais estão muito longe de ditar "as regras do jogo". Eles reforçam posições, agentes e políticas já presentes no terreno nacional. (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Dentre os defeitos mais provisórios dessa “adequação” às novas experiências da motivação capitalistas, na década passada, destaca-se a contribuição implantada aos trabalhadores de tornarem capazes de serem “empregáveis” em outras palavras explicaria responsabilizar a classe de trabalhadora pela sua formação escolar e técnica – escamoteando a sua dimensão da educação, os trabalhadores mais “esforçados”, mais transparentes para o “mercado de trabalho”.

3.2 Papel da família e da escola para o sucesso do aluno

Sabe-se que o papel da família e muito importante para os alunos, a escola e a sociedade tem que trabalhar junto, para conseguir o sucesso através de trabalhos onde as famílias participam de reuniões, palestras etc com intuito de transforma esses alunos. Também contribui para que esses alunos não abandone o âmbito escolar pela metade do caminho, e percebam mais tarde a falta que faz para serem inseridos na sociedade.

Assim, fatores como o tamanho das famílias e estrutura familiar ganham destaque. Muitos autores argumentam que quanto mais filhos (crianças), menos tempo os pais têm para se dedicar a cada um deles. Portanto, o número de filhos é um indicador de capital social familiar, não obstante, um indicador negativo. Essas investigações indicam que o capital social pode ser maior nas famílias nas quais os pais vivem juntos e têm poucos filhos, uma vez que o somatório dessas condições promove maior atenção dos pais e mais horas dedicadas aos filhos. (ALVES, 2007, 14).

A ajuda com os deveres de casa é um bom e um simplesmente exemplo de que quanto mais tempo os pais podem dedicar aos filhos, mais chances dos últimos obterem boas performances de educação. Para os autores encontram que, nas classes populares, o aumento dos nascimentos foram a instabilidade das relações conjugais aumentam as dificuldades das famílias em participar das suas funções de reprodução social. Além disso, os alunos jovens e adultos, ao contrário das demais modalidades de ensino, são tipos humanos diversos, com seus traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos e estruturas de aprendizagem diferenciadas.

Além de terem melhores condições de influir nas tomadas de decisão a respeito das ações e objetivos da escola, eles estarão investindo na melhoria da qualidade da educação de seus filhos, bem como na melhoria de sua própria qualidade de vida, na medida em que esses adultos estarão mais capazes, intelectualmente, de usufruir melhor de bens culturais a que têm direito e que antes não estavam a seu alcance. (PARO, 2001, p. 68).

Resultado obtido com a pesquisa diz respeito a qualificação das causas do fracasso e força de vontade da escola. Traz reflexões muito importantes acerca de como o fracasso escolar foi percebido no processo da sociedade capitalista. Ele aponta que as desigualdades da sociedade, requer uma sociedade mais justa, passaram a ser explicadas pelas desigualdades raciais, pessoais ou culturais, sem colocar nem um mérito de igualdade de oportunidades. Inicialmente, houve divisão social em classes superiores e inferiores que teria como característica no final do século 18 e no século 19, as crianças que não acompanhavam seus colegas na aprendizagem escolar passaram a ser excluídas da sociedade era considerada anormais escolares e seu fracasso passou a ser procurado e justificado por meio de alguma anormalidade orgânica.

Diante de Paro (2001, p.68), “[...] estarão investindo na melhoria da qualidade da educação de seus filhos bem como na melhoria de sua própria qualidade de vida, na medida em que esses adultos estarão mais capazes, intelectualmente, de usufruir melhor de bens culturais a que têm direito e que antes não estavam a seu alcance”.

Constatou-se também que, embora os pais dos alunos da 2ª série da instituição não buscavam procurar estar presentes nos eventos, reuniões e palestras promovidos pela escola, a participação deles eram inúteis a contribuir financeiramente, a comparecer aos eventos não sendo convidados a ajudar com sua organização, e auxiliarem seus filhos nas tarefas de casa, sem fazerem qualquer parte das atividades escolares.

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (PAROLIM, 2003, p. 99).

Em vista disso, a Família e Escola apresentar valores e objetivos próprios no que se refere à educação de uma criança, necessita uma da outra e, quanto maior for a diferença maior será a necessidade de relacionar-se. Porém, é importante ressaltar que nem a escola e nem a família precisam modificar a forma de se organizarem, que estejam abertos à troca de experiências mediante uma parceria. A escola não funciona isoladamente, faz-se necessário a sua função, trabalhe buscando atingir uma construção coletiva, contribuindo assim, para a melhoria do desempenho escolar das crianças.

O alongamento da jornada de trabalho, devido tanto à necessidade de trabalhar mais para aumentar o rendimento familiar quanto ao crescimento das cidades, diminuiu

consideravelmente o tempo que os pais dispunham para compartilhar com os filhos. Mas a criança carece de muito afeto e de uma troca com os adultos que vá além da satisfação das suas necessidades fisiológicas. A diminuição desse afeto, dessa troca, empobrece consideravelmente a criança e limita suas possibilidades de amadurecimento. Paradoxalmente, para poder satisfazer as necessidades fisiológicas e materiais dos filhos, os pais precisaram trabalhar cada vez mais, reduzindo com isto o tempo de contato direto com eles. (SUKIENNIK, 1996, p. 50).

O contexto de relações entre os pais e filhos, nos mostra que certamente os filhos procuraram, de alguma forma e maneira, suprir a necessidade de afeto, então, mesmo que eles sem querer, na grande maioria dos casos explica, eles utilizam meios para atrair a atenção dos pais por que querem chamar a atenção.

O contexto escolar com intuito fundamental na importância para os pais que perturba-os constatar que seus filhos não estão bem nas atividades escolares, os pais precisam se preocupar com o comportamento de seus filhos, isso pode mostrar o que realmente está acontecendo com eles. O papel dos pais é muito importante na participação da escola, isto contribui para que eles torne excelentes alunos e participe da educação do contexto escolar.

4 CONCLUSÃO

É oportuno pensar que a EJA ainda é uma modalidade pouco conhecida, pensando assim, jovens e adultos não a buscam com tanta frequência, muitas vezes por vergonha ou até mesmo por não conhecer seus direitos à educação.

Demonstra que muitos destes jovens tiveram motivos mais fortes que lhe fizeram sair da escola, como para trabalhar, não ter atenção dos pais, falta de estímulos, motivação e muitos destes adultos não procuram as escolas por vergonha. Grande parte destes tem seu sonho destruído na metade do caminho escolar, a grande importância da EJA, com horários e calendários mais flexíveis, para que possam conciliar com trabalho e outros afazeres para poderem estudar novamente.

A EJA proporciona oportunidades para melhoria nos índices de analfabetismos no Brasil, que ainda é muito grande. O sistema educacional da EJA estabelece que jovens e adultos podem cursar dois anos letivos em um ano, afim de possibilitar a conclusão do ensino mais rápido.

Este trabalho ainda requer um maior aprofundamento, para que sejam feitas novas ações e articulações para garantir o acesso e permanência dos jovens e adultos na EJA.

THE RIGHT TO EDUCATION IN THE MODALITY OF EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS - EJA

ABSTRACT

This work describes on education of young people and adults - EJA, addressing the right by education which must be known and exercised by all regardless of race, color or genre. This approach is justified by the need to hear the proposal of the EJA, with intention to realize the right that we all have in education. The objective to show the modality of education as a right and opportunity for those who had no opportunity to study at the right age. This intention will be achieved through a bibliographic review before authors as Freire, Friedrich, Oliveira, Rubens, thus: Vieira (2004) among others. This study demonstrated that the proposal of the EJA is to help young people and adults, seeking their rights and get a result of positivity in the achievement of a quality education and to complete the full high school education.

Keyword: *Right. Illiteracy. Youth and Adult Education.*

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- ALVES, Fátima. **Escolhas familiares no contexto da estratificação educacional e residencial da cidade do Rio de Janeiro**, 2007.
- ALVES, Joilson Alves dos Santos, SEVERO, Leonel Severo Rocha. **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: QUESTÕES ATUAIS**. Edição 1º. Curitiba. Editora CRV, p. 110, Dezembro, 2004.
- ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Org.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- ARROYO, Miguel. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (orgs), 2005.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRUNEL, Carmen Brunel. **Jovens cada vez mais na educação de adultos**. Edição 3º. Porto Alegre. Editora mediação, 2004.

CATTANI, Antonio D. Teoria do capital humano. In: **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997 CUNHA, Conceição Maria Da. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1997.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera. M. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. In: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro, p. 10,11, 131, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIEDRICK, Márcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Ensaio, 2010.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara; **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, 2000.

HILÁRIO, Adeum Hilário Sauer. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 1.ed. Brasília. p 319-2013. Avaliação e políticas públicas em Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, abr./jun. 2010.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 4, 2005.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 12, 1999.

PARANÁ, **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos – SUED/SEED**, 2006.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza, 2003.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão democrática**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

RUBENS, José Rubens Lima Jardimino; MAGNA, Regina Bonifácio de Araújo. **Educação de Jovens e Adultos sujeitos, saberes e práticas**. Edição 1ª. São Paulo. Editora Cortez, novembro 2014.

SUKIENNIK, Paulo B. **O aluno problema: transtornos emocionais de crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

SHULTZ, T. **O valor econômico do saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I:** aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

WOLFF, Simone. **O espectro da retificação em uma empresa de telecomunicações:** o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. Campinas: Unicamp, p. 2, 2004.